# CEMP – Ensino Médio

 **Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Data: / / 2024**

 **Professor: Gleidson Amaral 1o Ano do Ensino Médio Turma: \_\_\_\_\_**

CAPÍTULO-35 A AGROPECUÁRIA NO BRASIL

1.A MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O campo brasileiro foi dominado pela grande propriedade ao longo da História. Entre as décadas de 1950 e 1980, a monocultura e a mecanização foram estimuladas e consideradas modelo de desenvolvimento e crescimento econômico por sucessivos governos. Enquanto isso, a agricultura familiar ficou relegada a segundo plano na formulação das políticas agrícolas, o que resultou no deslocamento de grandes contingentes de pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo para as cidades, principalmente em razão das dificuldades de produção e comercialização. Os agricultores que não conseguiram acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas tiveram dificuldades de competir no mercado, em razão da baixa produtividade e, consequentemente, da baixa renda. Essa é uma situação que perdura até os dias atuais em muitas regiões do país.

No Brasil, os fatores de repulsão (concentração de terras, baixos salários, desemprego, etc.) foram os que mais contribuíram para explicar o movimento migratório rural-urbano. É impossível entender as grandes desigualdades sociais do Brasil, que apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo, sem considerar esse fato.

2.DESEMPENHO DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL

Uma política de desenvolvimento da produção agropecuária deve contemplar o abastecimento interno, a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura família e o aumento das exportações. As unidades familiares são fundamentais no espaço geoeconômico rural. As grandes propriedades produzem mais carne bovina, soja, café, cana-de-açúcar, laranja e arroz, enquanto nas unidades familiares predomina a produção de milho, batata, feijão, mandioca, carne suína, aves, ovos, leite, verduras, legumes e frutas.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ZONA RURAL

No Brasil, em 2016, aproximadamente 14 milhões de pessoas (14% da PEA) trabalhavam em atividades agrícolas. Os Censos Agropecuários do IBGE, entre 1985 e 2017, revelaram que cerca de 8,3 milhões de trabalhadores abandonaram as atividades agropecuárias, o que significou, nesse período, uma redução de 34% no contingente de trabalhadores agrícolas. Apesar da diversidade de atividades econômicas que se desenvolvem no espaço rural brasileiro, como o turismo e toda a cadeia de serviços a ele associada (restaurantes, hospedagens, guias, entre outros), a agricultura familiar continua sendo a principal atividade geradora de empregos no campo. Sua importância e seu papel no crescimento econômico brasileiro vêm aumentando nos últimos anos, principalmente após o debate sobre temas como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Contudo, grande parcela das pessoas que atuam na agricultura familiar não consegue obter uma renda mínima que lhe assegure condições dignas de vida. Para criar os filhos e manter a família, muitos agricultores trabalham fora de suas propriedades, em outros estabelecimentos (familiares ou patronais), ou atuam em atividades não agrícolas.

3.O ESTATUTO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA

O Estatuto da Terra possibilitou a realização de um censo agropecuário que fornecesse os dados estatísticos necessários à elaboração de uma política de reforma agrária.

Para a realização desse censo, foi necessário classificar os imóveis rurais por categorias. No entanto, a adoção

de uma unidade fixa de medida (por exemplo, 1 hectare) não bastaria para classificar os imóveis rurais de

maneira realista. Por exemplo, um hectare no fértil e úmido Oeste paulista corresponde a uma realidade agrícola totalmente diferente da de um hectare no solo ácido do Cerrado ou no Semiárido nordestino. Para resolver essa dificuldade, criou-se uma unidade especial de medida de imóveis rurais – o módulo rural, derivado do conceito de propriedade familiar.

O que é propriedade familiar e módulo rural?

O inciso II, do art. 4o

Pequeno agricultor em Joinville (SC), em 1965. Nessa época,

a maioria das pessoas que viviam no campo tinha contato

apenas esporádico com os centros urbanos e não possuía

os meios de comunicação que existem atualmente para

receber notícias de outros lugares. Para essas famílias, a

falta de acesso a empréstimos e assistência técnica não

lhes permitia melhorar as condições de produção e

aumentar a renda.

, do Estatuto da Terra (Lei n.

4 504/64), define como propriedade familiar o imóvel

rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agri-

cultor e sua família, lhes absorva toda a força de tra-

balho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso

social e econômico, com área máxima fixada para

cada região e tipo de exploração, e, eventualmente,

trabalhado com a ajuda de terceiros.

O conceito de módulo rural é derivado do conceito

de propriedade familiar, e, sendo assim, é uma unida-

de de medida, expressa em hectares, que busca expri-

mir a interdependência entre a dimensão, a situação

geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições

do seu aproveitamento econômico.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA

AGRÁRIA (Incra). Disponível em: <www.incra.gov.br/content/

perguntas-frequentes-0>. Acesso em: 25 maio 2018.

O módulo rural apresenta área de dimensão variável, considerando basicamente três fatores:

• Localização da propriedade: se o imóvel rural se localiza próximo a um grande centro urbano, em região bem atendida por sistema de transportes, ele proporciona rendimentos maiores do que um imóvel mal localizado; por isso, terá área menor.

• Fertilidade do solo e clima: quanto mais propícias as condições naturais da região – relevo, solo, clima e hidrografia –, menor a área do módulo. Consulte a indicação dos sites do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Atlas da questão agrária brasileira.

• Tipo de produto cultivado e tecnologia empregada: em uma região do país onde

se cultiva mandioca ou batata, por exemplo, e se utilizam técnicas tradicionais,

o módulo rural deve ser maior do que em uma região onde se cultivam os mesmos produtos, mas com emprego de tecnologia moderna.

Por lei, são consideradas pequenas as propriedades com até 4 módulos rurais; médias, as de 4 a 15 módulos; e grandes, as que superam 15 módulos. Essa mudança foi necessária porque o art. 185 da Constituição, do capítulo que trata da reforma agrária, proíbe a desapropriação, para fins de assentamento rural, de pequenas e médias propriedades, assim como de grandes propriedades produtivas. Leia, na página seguinte, o trecho da Constituição que trata da reforma agrária.

A REFORMA AGRÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 (vinte) anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será prevista em lei. Parágrafo 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão pagas em dinheiro.[...]

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

.

II – a propriedade produtiva.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. [...]

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para

Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil

de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil\_03/

Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 maio 2018.

Apesar da realização de assentamentos nos últimos anos, ainda há grande concentração de terras em mãos de alguns poucos proprietários, enquanto a maioria dos produtores rurais detém uma parcela muito pequena da área agrícola do país. Observe o gráfico abaixo e veja que houve redução da área utilizada pelas propriedades de 1 000 hectares ou mais e grande aumento da área utilizada por propriedades de 100 a menos de 1 000 hectares. Já as pequenas propriedades (até 100 hectares) tiveram sua área praticamente estável. Essa redução das propriedades com mais de 1 000 hectares é consequência do parcelamento de antigas áreas de criação extensiva de gado, atividade que se modernizou ao longo desse período.

4.PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Como vimos no capítulo 34, em 2016, as atividades agropecuárias e a cadeia produtiva que as envolve foram responsáveis por 23% do PIB nacional. O Brasil é líder mundial na produção e exportação de café, açúcar, álcool e suco de frutas (sobretudo da laranja, responsável por mais da metade da produção, mas com destaque também para sucos de maçã, frutas vermelhas, tomate e uva), e o maior exportador mundial de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro.

A estrutura produtiva do setor agropecuário é bastante heterogênea e conta, de um lado, com forte participação da agricultura familiar e, de outro, com a presença de grandes conglomerados nacionais (alguns dos quais já expandiram seus negócios para o exterior e se transformaram em transnacionais) e estrangeiros, que se posicionam entre os maiores do mundo.

Segundo o Censo Agropecuário, em 2017, somente 15% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros utilizavam tratores na preparação dos solos, cultivo ou colheita (um indicador básico de tecnologia no campo). A título de comparação: nos Estados Unidos e na França, mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas possuem tratores. As máquinas estavam fortemente concentradas no Centro-Sul, região com a agropecuária mais moderna do país e com a presença dos grandes conglomerados agroindustriais. Por meio do uso de tratores, é possível inferir sobre a utilização de outras tecnologias e serviços no campo brasileiro, que provavelmente é ainda menos comum: irrigação, seleção de sementes, assistência técnica especializada, uso de imagens de satélites e outras.

O crescimento do comércio exterior de produtos agrícolas, porém, depende de os países desenvolvidos introduzirem mudanças em suas políticas agrícolas. O Brasil e outros países em desenvolvimento enfrentam restrições que os impedem de aumentar o volume de exportações em razão do protecionismo dos países mais ricos: por meio de uma série de medidas, aplicadas de forma isolada ou conjunta, eles protegem seu setor agrícola, além de concederem elevados subsídios a seus agricultores.

Apesar das dificuldades mencionadas na página anterior, o Brasil ocupa, como vimos no capítulo 34, a 3ª posição mundial como exportador de produtos agrícolas, atrás apenas da União Europeia e dos Estados Unidos.

Em relação à criação de animais, as aves, sobretudo os galináceos, compõem o maior número; em 2016, a região Sudeste abrigava cerca de 42% da produção de ovos do país, enquanto a região Sul concentrava mais de 50% das aves que seriam abatidas para produção de carne e embutidos (veja foto a seguir). O segundo rebanho do país era o de bovinos, como podemos observar na tabela ao lado.

O crescimento da produção das regiões Centro-Oeste e Norte do país vem sendo registrado desde o fim da década de 1980, superando áreas tradicionais de pecuária bovina, como as do Sul. Os maiores rebanho de bovinos estão localizados nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, que juntos detinham 45% do total do país em 2016.

A pecuária bovina brasileira vem passando, desde a década de 1980, por uma mudança estrutural, deixando de ser predominantemente extensiva. Têm-se tornado cada vez mais frequentes a seleção de raças e a vacinação do gado, que é alimentado em pastos cultivados, no período chuvoso, e com ração, nos períodos de estiagem, características típicas da pecuária semi-intensiva ou intensiva, cada vez mais dominada por grandes empresas agroindustriais. Essas mudanças vêm ocorrendo também em regiões onde predominava a pecuária extensiva. É o caso do Sertão nordestino, da região Centro-Oeste e da periferia da Amazônia.

COMPREENDENDO CONTEÚDOS

1.De que forma o histórico de concentração de terras no Brasil se reflete na situação atual da organização da produção agropecuária?

2.O que vem acontecendo no Brasil, nas últimas décadas, com a participação da PEA dedicada às atividades agrícolas?

3.Cite alguns fatores que favorecem a exportação brasileira de produtos agrícolas. Cite outros que a dificultam.

4. Analise o gráfico da estrutura fundiária brasileira na página 669 e relacione-o com a questão da reforma agrária.

GABARITO

Capítulo 35 – A agropecuária no Brasil

Compreendendo conteúdos

1. Desde o período colonial há predomínio das grandes propriedades em nossa estrutura fundiária. Mais recentemente, entre as décadas de 1950 e 1980, a monocultura e a mecanização em grandes latifúndios foram estimuladas por sucessivos governos como modelo de desenvolvimento e crescimento econômico. Dessa forma, até aproximadamente meados da década de 1990, época em que começou a receber mais apoio e investimento governamental, a agricultura familiar esteve relegada a segundo plano na formulação das políticas agrícolas, resultando na transferência de pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo para as cidades.

2. Nas últimas décadas vem ocorrendo grande redução na participação da PEA que se dedica às atividades agrícolas devido a uma associação de fatores: êxodo rural, mecanização do cultivo e da colheita, industrialização de propriedades rurais com deslocamento da mão de obra para atividades secundárias e terciárias e instalação de novos empreendimentos no campo (hotéis e pousadas, parques temáticos, usinas hidrelétricas, etc.).

3. Alguns fatores que podem colaborar para o Brasil aumentar sua participação no comércio internacional de produtos agrícolas são: grande disponibilidade de terras agricultáveis – sobretudo no Cerrado; presença de importantes centros de pesquisa, com destaque para a Embrapa; disponibilidade de tecnologia de ponta e formação de mão de obra qualificada nas universidades e escolas técnicas.

Entre os fatores que dificultam esse aumento vale destacar: as deficiências de infraestrutura nos setores de energia elétrica, transportes e armazenagem; as políticas protecionistas praticadas por diversos países importadores e a baixa disponibilidade de crédito e financiamentos.

4. Observando o gráfico da estrutura fundiária brasileira, notamos uma enorme concentração de terras nas mãos de uns poucos proprietários. 89,1% dos estabelecimentos ocupam apenas 20,5% da área agrícola em imóveis com até 100 hectares, enquanto os imóveis com mais de 100 hectares ocupam quase 80% dessa área. Considerando que os pequenos e médios proprietários são os principais responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, que existem numerosos trabalhadores rurais sem terra própria para trabalhar e muitos latifúndios improdutivos, torna-se evidente a necessidade de realização de uma reforma agrária que modernize a estrutura fundiária, as relações de trabalho e a produção agrícola do país.